

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Dep. Padovani e outros)

Dispõe sobre os princípios, as diretrizes e o Comitê de Cooperação entre instituições públicas e privadas no âmbito do atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os princípios, as diretrizes e o Comitê de Cooperação entre instituições públicas e privadas no âmbito do atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos.

Art. 2º Esta Lei se aplica a acidentes aeronáuticos em voos comerciais e em voos fretados ocorridos em território nacional, ainda que provenham ou se destinem ao exterior.

Art. 3º São princípios que regem o atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos:

- I – dignidade da pessoa humana;
- II – capacidade de resposta;
- III – tempestividade
- IV – eficiência;
- V – planejamento;
- VI – segurança jurídica;
- VII – economia processual;
- VIII – melhoria regulatória; e
- IX – razoabilidade.

Art. 4º São diretrizes que orientam o atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos:



I – o atendimento individualizado e multidisciplinar às vítimas e aos familiares das vítimas;

II – a cooperação interinstitucional e interfederativa;

III – a proteção e o respeito à privacidade e aos dados pessoais das vítimas e das famílias de vítima;

IV – a busca por soluções consensuais no âmbito administrativo;

V – a valorização das boas práticas e gestão do conhecimento adquirido.

§ 1º Por atendimento multidisciplinar entende-se aquele que abrange, no mínimo, psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos e promotores de justiça.

§ 2º Por cooperação interinstitucional e interfederativa entende-se aquela estabelecida em bases voluntárias, respeitadas as competências constitucionais e legais de cada Poder constituído, ente federado e órgão público.

Art. 5º Fica estabelecido, em caráter permanente, o Comitê de Cooperação para a interlocução entre instituições públicas e privadas com vista ao atendimento tempestivo, eficiente e humanizado a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos.

§ 1º O Comitê de Cooperação atuará como foro de coordenação e de comunicação entre as diversas Partes com responsabilidades institucionais relacionadas à ocorrência de acidentes aéreos.

§ 2º O Comitê de Cooperação também atuará como repositório de boas práticas no que se refere ao atendimento a vítimas e a familiares de vítimas e como foro para a melhoria da regulação e das leis aplicáveis ao setor da aviação civil.

§ 3º Os órgãos públicos e as empresas privadas elencadas no Art. 6º desta Lei indicarão um ou mais servidores ou empregados para atuarem na condição de representantes institucionais junto ao Comitê de Cooperação, bem como seus substitutos em caso de afastamento.



§ 4º A participação no Comitê de Cooperação será considerada serviço público relevante não remunerado.

Art. 6º São instituições que integram o Comitê de Cooperação de que trata esta Lei:

I – a Agência Nacional de Aviação Civil, que atuará como coordenadora do Comitê de Cooperação;

II – a Polícia Federal;

III – O Departamento de Controle do Espaço Aéreo;

IV – O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

V – o Ministério das Relações Exteriores;

VI – as Defensorias Públicas estaduais;

VII – o Ministério Público dos Estados;

VIII – as Secretarias de Segurança Pública estaduais;

IX – os Corpos de Bombeiros Militares e a Defesa Civil dos Estados;

X – os Tribunais de Justiça estaduais;

XI – os representantes de empresas aéreas em operação no território nacional;

XII – os serviços registro civil.

§ 1º As associações de vítimas e de familiares de vítimas legalmente constituídas poderão indicar um ou mais representantes para acompanhamento das atividades do Comitê, a critério do órgão coordenador.

§ 2º As instituições elencadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo participarão de forma permanente das atividades do Comitê de Cooperação.

§ 3º o Ministério das Relações Exteriores participará das atividades do Comitê de Cooperação nos casos de acidentes envolvendo voos internacionais comerciais ou fretados.



§ 4º As demais instituições públicas ou privadas elencadas neste artigo participarão das atividades do Comitê de Cooperação de forma *ad hoc* quando relacionadas ao acidente aeronáutico em razão de sua competência territorial ou jurisdicional ou da prestação de serviço de transporte aéreo em voos comerciais ou fretados.

Art. 7º No âmbito dos acidentes aeronáuticos aos quais se refere o Art. 2º desta Lei, o Comitê de Cooperação coordenará as instituições que o compõem, obedecida a seguinte divisão de competências:

I – ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo cabe emitir alerta inicial ao órgão coordenador do Comitê de Cooperação e às demais instituições elencadas no Art. 6º desta Lei, a fim de que sejam definidas as instituições que integrarão o referido Comitê em caráter *ad hoc* no prazo máximo de 6 (seis) horas;

II – ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos cabe definir diretrizes para a preservação de suas competências e das evidências relacionadas à investigação do acidente aeronáutico, nos termos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;

III – às Secretarias de Segurança Pública estaduais cabe o envio tempestivo de equipes de Polícia Científica para promoverem a identificação de vítimas e orientarem familiares acerca da orientação jurídica a ser realizada pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público;

IV – aos Corpos de Bombeiros Militares e à Defesa Civil cabem o resgate de corpos de vítimas, o combate a possíveis incêndios decorrentes de acidente aeronáutico, o resgate de vítimas em solo e a avaliação de risco estrutural conexo ao acidente aeronáutico;

V – às Defensorias Públicas estaduais e ao Ministério Público dos Estados de origem, destino ou de onde provenha a maior parte dos passageiros do voo cabe o atendimento sigiloso, individualizado e multidisciplinar a vítimas ou a familiares de vítimas, nos termos do art. 4º desta Lei, a fim de garantir o acesso à Justiça, a orientação jurídica, os direitos humanos e os direitos do consumidor;



VI – às Defensorias Públicas estaduais também caberá a proposição de alvarás de cremação, quando for expressamente o desejo dos familiares da vítima;

VII – se necessário, a Justiça Estadual autorizará a instalação excepcional de posto avançado de registro civil, a fim de promover a célere emissão de certidões de óbito;

VIII – às Defensorias Públicas estaduais, ao Ministério Público dos Estados e às empresas prestadoras do serviço de transporte aéreo ou àquelas que tenham acordo de código compartilhado com as prestadoras cabe a formalização de acordo extrajudicial para a liberação de restos mortais de vítimas sem a presença de familiares no Município onde tenha ocorrido o acidente aeronáutico;

IX – às Defensorias Públicas estaduais, ao Ministério Público dos Estados e às empresas prestadoras do serviço de transporte aéreo cabe a promoção de negociações de boa-fé com vistas à obtenção de acordo de reparação extrajudicial, consensual e de âmbito administrativo;

X – ao Ministério das Relações Exteriores caberão as comunicações a autoridades estrangeiras, a organismos internacionais relacionadas ao atendimento a vítimas e a familiares de vítima, bem como a emissão de vistos de emergência a familiares de vítimas.

§ 1º Quando necessário, as instituições públicas que compõem o Comitê de Coordenação expedirão normas infralegais a fim de dar cumprimento às competências relacionadas neste artigo, no prazo de 60 (sessenta) dias;

§ 2º Os familiares de vítimas serão reunidos, preferencialmente, no Município onde ocorreu o acidente aeronáutico, a fim de se promover atendimento síncrono, imediato e eficiente no que concerne à orientação jurídica e à comunicação dos procedimentos.

§ 3º A comunicação social do Comitê de Cooperação estabelecerá comunicação integrada e simultânea, preferencial por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens, via rede mundial de computadores,



com todos as vítimas e familiares de vítimas que puderem ser localizados, a fim de promover a transparência e a celeridade do processo.

Art 8º Institucionalização adicional do Comitê de Cooperação poderá ser proposta por qualquer um de seus membros por meio de acordo de cooperação técnica com órgãos e as entidades da administração pública federal, nos termos da normativa infralegal.

Art. 9º Decorrido período razoável após um acidente aeronáutico, a Agência Nacional de Aviação Civil deverá, ouvidos os demais integrantes do Comitê de Coordenação, elaborar relatório indicando mudanças regulamentares e legislativas necessárias, se houver, a fim de sistematizar e disseminar boas práticas relacionadas ao objeto desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Após o acidente do avião da empresa Voepass Linhas Aéreas ATR-72, voo 2283, a Câmara dos Deputados buscou extrair as lições que podem ser aprendidas do desastre. Para tanto, formou-se esta Comissão Externa com objetivo bastante específico e bastante claro: entender aquilo que o Poder Público pode desenvolver em termos de nova legislação, de novas políticas públicas, e de novos investimentos no setor, a fim de garantir que a segurança da aviação brasileira possa evoluir cada vez mais.

Nesse contexto, a Comissão Externa promoveu uma série de audiências públicas com familiares de vítimas, autoridades de investigação aeronáutica, de regulação da aviação civil, representantes da Defensoria Pública, do Ministério Público e de órgãos de defesa do consumidor, com sindicatos, ex-funcionários, com representantes de companhias aéreas e com fabricantes de aeronaves, entre outras autoridades e representantes. Nessas audiências, uma das noções mais enfatizadas foi o grau de êxito que instituições públicas e privadas lograram obter no atendimento a familiares de vítimas após a tragédia de 9 de agosto.



Este Projeto de Lei, portanto, visa a positivar, no ordenamento jurídico brasileiro, a experiência bem-sucedida de atendimento aos familiares das vítimas do voo 2283. Respeitados o pacto federativo, as competências constitucionais e legais de cada instituição pública e os direitos e garantias de empresas privadas, é possível aprimorar, de forma permanente, a cooperação e a coordenação entre essas diversas instituições no contexto pós-acidente aéreo.

Ademais, por meio da autoridade coordenadora do Comitê de Cooperação previsto nesta Lei, busca-se estabelecer um sistema de melhoria contínua, no qual os diversos órgãos que o compõem opinarão acerca de melhorias regulatórias e legislativas pertinentes no contexto posterior a um acidente aéreo. Trata-se de um esforço de disseminação de boas práticas, visando a perpetuar os esforços desta Comissão Externa.

Ante o exposto, conclamamos os nobres Pares à rápida tramitação e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado PADOVANI
Autor

Deputado BRUNO GANEM
Coautor

Deputado NEWTON BONIN
Coautor





Projeto de Lei **(Do Sr. Padovani)**

Dispõe sobre os princípios, as diretrizes e o Comitê de Cooperação entre instituições públicas e privadas no âmbito do atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos.

Assinaram eletronicamente o documento CD240773948300, nesta ordem:

- 1 Dep. Padovani (UNIÃO/PR)
- 2 Dep. Bruno Ganem (PODE/SP)

